



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DE EMPRESAS; HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

A Vale S.A. Como Uma Empresa Icônica das Transformações da Economia Brasileira e dos Processos Globais

Vale S.A. As An Iconic Company in the Transformations of the Brazilian Economy and Global Processes

Luiz Felipe Vincenti Pedrozo; Discente Graduado UNIFESP;

vincenti.luiz@unifesp.com

Flávio Tayra; Docente UNIFESP; ftayra@unifesp.br

RESUMO: O objetivo central deste trabalho é analisar e refletir sobre quais movimentos são particulares à empresa Vale S.A. e quais são tendenciais dentro do sistema econômico capitalista. Para o cumprimento deste objetivo, será buscada uma compreensão sobre a história da empresa junto de seu papel na economia brasileira e acerca da dinâmica do sistema capitalista, desenvolvendo conceitos centrais sobre o tema e refletindo sobre o papel das organizações privadas dentro deste sistema, para que seja possível realizar, uma comparação entre a esfera do desenvolvimento do modo de produção capitalista com o estudo de caso da mineradora. Após seu desenvolvimento, foi possível constatar com o trabalho que uma parte substancial dos acontecimentos envolvendo a Vale, desde sua fundação, são reflexos diretos da dinâmica do sistema capitalista e de suas particularidades envolvendo seus desdobramentos.

Palavras-chave: Vale. Sustentabilidade. Greenwashing. Capitalismo. Financeirização.

ABSTRACT: The central objective of this work is to analyze and reflect about which movements are particular to Vale S.A. and what are trends within the capitalist economic system. In order to fulfill this objective, an understanding will be sought about the history of the company along with its role in the Brazilian economy and about the dynamics of the capitalist system, developing central concepts on the theme and reflecting on the role of private organizations within this system, so that it is possible to make a



comparison between the sphere of the development of the capitalist mode of production and the case study of the mining company. After its development, it was possible to verify with the work that a substantial part of the events involving Vale, since its foundation, are direct reflections of the dynamics of the capitalist system and its particularities involving its developments.

Keywords: Vale. Sustainability. Greenwashing. Capitalism. Financialization.

Introdução

Ao tratar sobre organizações envolvidas em tragédias de grandes proporções, é comum observarmos um apelo à um tipo de análise que prioriza o entendimento dos impactos organizacionais em sociedade como meros desvios morais, seja da própria empresa ou de alguns indivíduos. Contudo, no caso deste estudo, é buscado compreender como determinadas mudanças no sistema hegemônico modificaram e continuam alterando as formas produtivas econômicas e da vida da população.

Com a Vale S.A. podemos não só aprofundar na história da mineração e de uma das maiores empresas do país, mas também, é possível conhecer parte da história econômica brasileira e como a economia mundial influenciou a do nosso país. Cada etapa da mineradora descreve os anseios econômicos vigentes, a partir da sua fundação, até seu processo de privatização e as mais recentes tragédias envolvendo o nome da gigante exportadora. Com base nisso, é factível que possamos realizar uma análise material da realidade das relações econômicas e políticas do Brasil, com base nas fases envolvendo a Vale S.A. desde seu período como Companhia Vale do Rio Doce.

Mais do que um estudo monolítico sobre um agente isolado que interage em sociedade, este estudo busca tratar acerca das intrínsecas relações das quais uma organização possui com o meio ao qual pertence e constitui. Desse modo, pode se observar que esta pesquisa procura ir além de um resumo sobre os principais métodos administrativos de uma empresa e de seus impactos em sociedade. Fica explícito que, para compreender os fenômenos retratados, há uma necessidade de relacionar, com uma forte interdisciplinaridade, diversos conteúdos de diferentes fontes teóricas e correntes ideológicas, com o intuito de apresentar ao leitor uma retratação mais próxima do real daquilo que é o objeto de estudo escolhido, principalmente, evidenciando como a Vale



possui uma importante agência ao ponto de considerarmos uma empresa icônica, não só na área que atua, mas na própria constituição da economia brasileira e como um reflexo de movimentos pertencentes ao sistema econômico no qual estamos inseridos.

Desenvolvimento

Segundo a diretoria da própria empresa (1992), conhecer a história da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é como conhecer um pouco da história do Brasil. Um pouco além da romântica visão da diretoria, essa frase se prova verdadeira pela Vale S.A. espelhar, além dos “principais anseios” da sociedade, como é dito, todos os processos dinâmicos do Brasil dentro do sistema capitalista, se inserindo no comércio internacional.

A Vale S.A. foi fundada em junho de 1942 como a estatal Companhia Vale do Rio Doce e possuía o prazo de duração de 50 anos preestabelecido. Inserido em um ambiente conturbado graças à Segunda Guerra, o Brasil negociaria com potências estrangeiras interessadas na garantia do fornecimento de matérias-primas estratégicas (principalmente, o minério de ferro), para o esforço bélico contra os adversários do Eixo. Dessa forma, os Acordos de Washington tiveram papel fundamental para a resolução da controvérsia da exportação do minério de ferro brasileiro, pois, em 3 de março de 1942, tais acordos definiam as bases para a organização em solo brasileiro de uma companhia de exportação de minério de ferro; o governo estadunidense se comprometia a fornecer um financiamento de 14 milhões de dólares, enquanto o governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro as jazidas de minério de ferro pertencentes a Itabira Iron, livres de qualquer ônus. A empresa seria administrada por brasileiros e estadunidenses, até que todas as promissórias fossem devidamente pagas, após o qual, as minas deveriam ser revertidas integralmente ao governo brasileiro (Ibidem, 1992).

O presidente Getúlio Vargas, mediante o Decreto Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, definiu as bases em que seria organizada a Companhia Vale do Rio Doce. Tendo sua diretoria composta por um presidente, dois diretores de nacionalidade brasileira e mais dois de nacionalidade norte-americana, a Companhia seria constituída



como uma sociedade anônima, de economia mista, com capital inicial de 200 mil contos. Enquanto os brasileiros ficavam responsáveis por administrar a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), norte-americanos e brasileiros dirigiram as Minas de Itabira.

Fundamental pontuar que logo nos primeiros anos de funcionamento da empresa, era imprescindível, para atingir a meta de exportação de 1,5 milhão de toneladas de ferro prevista nos Acordos de Washington, que houvesse a liberação dos recursos do Eximbank (Export-Import Bank of the United States, a agência de créditos oficial do governo federal estadunidense). Desse modo, em 1943 foi firmado um acordo entre ambos, do qual foram fornecidos 14 milhões de dólares voltados à melhoria do complexo mina, ferrovia e porto. Mesmo assim, a CVRD enfrentou problemas relacionados à situação das ferrovias, condições insalubres para os trabalhadores e insuficiência do capital inicial da companhia (200 milhões de cruzeiros) e dos recursos externos para cobrir as despesas com as obras, o próprio empréstimo de 14 milhões só foram suficientes para a compra de um certo volume de material e equipamentos nos EUA e o pagamento dos empregados da PKBD (empresa de consultoria norte-americana Parsons, Klapp, Brinckerhoff & Douglas), sendo necessário um valor adicional de 5 milhões de dólares para material ferroviário (Ibidem, 1992).

Entretanto, apesar de ser menor do que a meta de 1,5 milhão de toneladas anuais, houve um salto representativo das exportações no país, para a Inglaterra foi de 35.406 toneladas, em 1942, para 62.928, em 1943, e 127.194, em 1944, caindo para 101.694 toneladas, em 1945, devido ao fim da Segunda Guerra Mundial e a redução da produção internacional de aço. Na região do Vale do Rio Doce também houve um impacto significativo, atraindo novos investimentos com a instalação de diversas empresas (como a Companhia Ferro e Aço de Vitória e a Companhia Ferro e Aço de Itabira), além do saneamento da região, com foco no combate à malária e melhoria das condições sanitárias em geral.

Essa breve contextualização sobre a origem da CVRD vai além da vontade de exaltar um possível “*case* de sucesso”, como os administradores tanto se atraem, que estava nas mãos do Brasil. Compreender os anseios e os acontecimentos de diferentes épocas acerca de uma mesma empresa é fundamental para o desenvolvimento deste



estudo, e a CVRD foi um ícone de um período em que o desenvolvimentismo¹ era um dos horizontes mais desejados para superar o atraso econômico do subdesenvolvimento². Entretanto, o que vemos de início é o que constantemente relatamos na história do país, uma forte interferência externa para manter até o mínimo dos desenvolvimentos nacionais submissos às potências mundiais. Isso se evidencia nos próprios Acordos de Washington decidindo os rumos de uma futura empresa estratégica para o Brasil, na tomada de empréstimo de uma agência de crédito estadunidense que no fim se tornou insuficiente e, principalmente, na estrutura de exportação de matérias-primas, muito semelhante à dinâmica proposta pela teoria das vantagens comparativas, elaborada por David Ricardo em seu livro *The Principles of Political Economy and Taxation* (1821). As consequências dessa estrutura ficam explícitas no decorrer dos primeiros anos da empresa, após o fim da Segunda Guerra; em 1945, a CVRD, por ter suas atividades voltadas para o mercado externo desde o início, foi obrigatoriamente afetada pelas vicissitudes da economia internacional. Houve uma redução na produção siderúrgica mundial, os Estados Unidos e a Inglaterra renunciaram à opção de renovação dos contratos, além de haver opções mais próximas de aquisição de minérios pelos EUA e Europa, principais mercados consumidores, como era o caso do Canadá e da Venezuela. Essa falta de estrutura comercial fez com que a CVRD se submetesse a muitos intermediários que lhe pagavam preços inferiores àqueles em vigência no mercado mundial. Esse fenômeno fica evidente ao analisarmos a Tabela 1.

Tabela 1 - CRVD – Exportações de Minério de Ferro Segundo os Países Compradores 1942-1950 (em toneladas)

Países	Anos								
	1942	1943	1944	1945	1946(2)	1947(2)	1948	1949	1950
E.U.A							227.397	316.406	588.106
Canadá							84.943	71.820	74.574

¹ Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015, p.41)

² Segundo André Gunder Frank (1969), o subdesenvolvimento se refere à lógica econômica que se comporta como relação de periferia e metrópole/centro, subordinada aos países centrais, transferindo sua riqueza a eles e tendo sua morfologia pautada por esses países centrais do capitalismo.



Inglaterra	35.407	62.928	127.194	101.694					18.491
Holanda						44.862	7.305		23.266
Bélgica						28.050	17.396		7.315
França							29.020		
Alemanha									10.013
Oriental									
Total	35.407	62.928	127.194	101.694	40.962	174.290	385.252	471.747	721.764

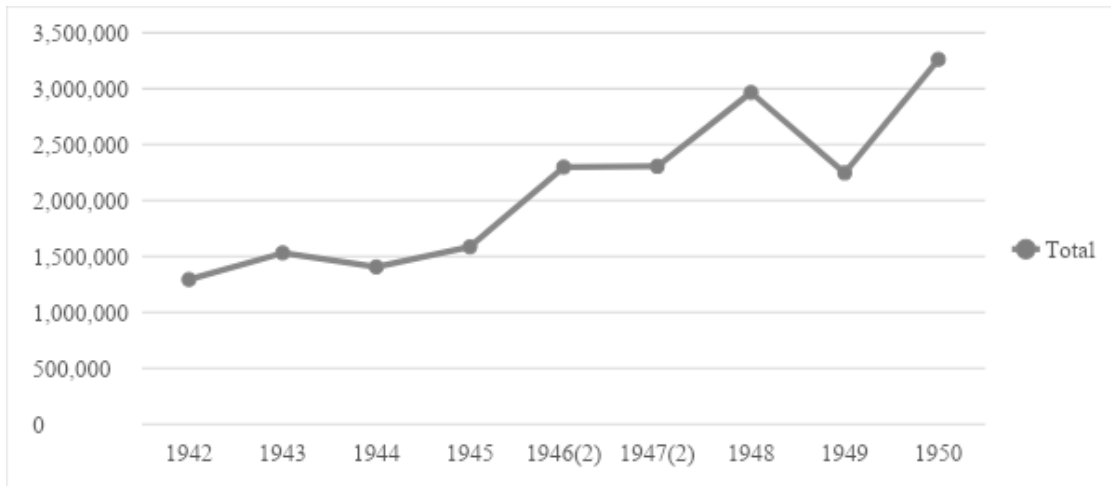
(1) Visando a padronização da tabela, todas as medidas apresentadas nas fontes em toneladas inglesas (1.016 quilos) foram convertidas em toneladas métricas (1.000 quilos).

(2) Para esses anos, as fontes não apresentam o destino das exportações, mas somente os totais.

Fonte: Relatórios de Diretoria, 1943-1951, apud, CVRD, 1992, p. 74.



Gráfico 1 - Exportações de Minério de Ferro Segundo os Países Compradores 1942-1950



Fonte: Relatórios de Diretoria, 1942-1950, apud, CVRD, 1992, p. 74. Gráfico de autoria própria (2022)

Os anos seguintes da Companhia ficaram marcados por uma constante tentativa de recuperação dos níveis de exportação que ela possuía em período de conflito. Eurico Gaspar Dutra assume a presidência e nomeia o engenheiro Dermeval José Pimenta que, para reverter o quadro desfavorável, considerou como necessário novos aportes financeiros, destinados às obras de mecanização das minas, de reparo da ferrovia e de modernização das instalações do cais de Atalaia, no porto de Vitória. Com os recursos obtidos, a Companhia Vale do Rio Doce possuía condições de realizar o programa de obras para a operação da estrada de ferro, esse fato e o aumento do preço médio internacional do mineral de ferro, fez com que, em 1948, a empresa obtivesse, pela primeira vez, um saldo positivo de 4.214.592,63 cruzeiros. Mesmo assim, as exportações se mantinham, em sua maior parte, para os Estados Unidos (também devido ao momento de pós-guerra enfrentado) que representava a curto prazo a única perspectiva para o escoamento da produção da Companhia. Esse crescimento se traduziu na contribuição da CVRD no total das exportações brasileiras de minério de ferro, saltando de 11,2%, em 1942, para 81,8%, em 1950.



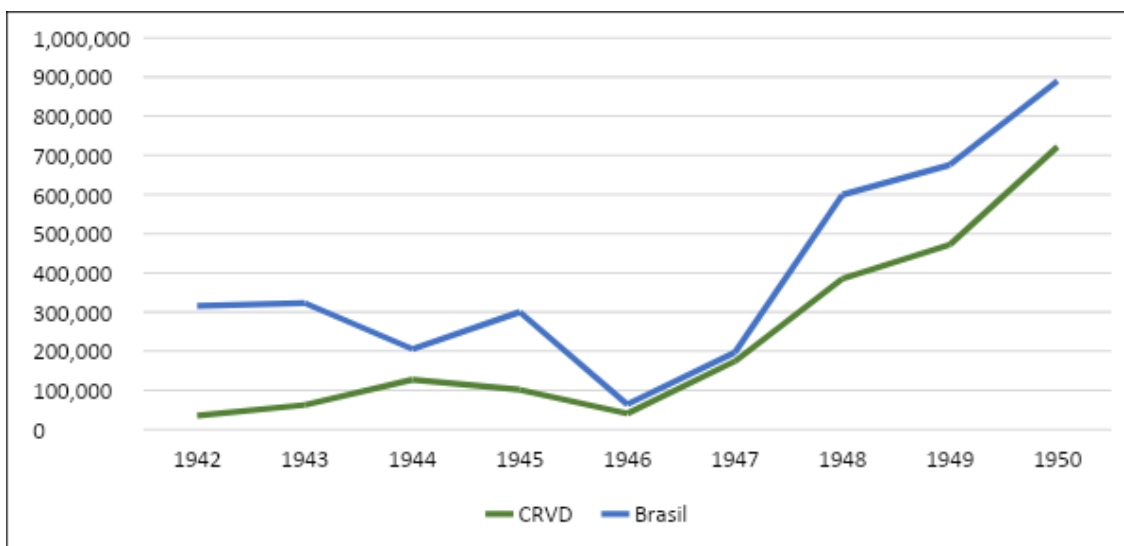
Tabela 2 - Participação das Exportações de Minério de Ferro da CRVD no Total Nacional

Anos	CRVD	Brasil	CRVD/BRASIL (%)
1942	35.407	316.033	11,2
1943	62.928	322.802	19,5
1944	127.194	205.798	61,8
1945	101.694	299.994	33,9
1946	40.962	64.413	63,6
1947	174.290	196.737	88,6
1948	385.252	599.289	64,3
1949	471.947	675.574	69,9
1950	721.765	890.125	81,8

Fonte: Relatórios de Diretoria 1943-1951, apud CVRD, 1992, p. 74

Com a representação gráfica, essa mudança fica ainda mais visível, o número de exportações tem um significativo aumento após sua queda em 1946, com a CVRD possuindo protagonismo nas participações das exportações no Brasil:

Gráfico 2 - Exportações de Minério de Ferro 1942-1950



Fonte: Relatórios de Diretoria 1943-1951, apud CVRD, 1992, p. 74. Gráfico de autoria própria (2022).

A CVRD foi ganhando o cenário internacional desde então, na década de 50 a companhia conquistou novas posições no comércio mundial de minério de ferro, isso pelos avanços na modernização do complexo mina, ferrovia e porto, pela política de preços agressiva e outras iniciativas como a diversificação dos mercados, que fez com que a empresa saldasse seus compromissos com credores, ganhando credibilidade



internacional, possibilitando a busca por novos aportes financeiros. Também é evidente que a conjuntura internacional apresentava-se favorável ao minério de ferro, graças à reconstrução da Europa, com auxílio dos capitais estadunidenses, recuperando seu parque industrial, além do recrudescimento da corrida bélica, pela guerra da Coréia, tornando novamente o minério de ferro alvo da potência estadunidense por se tratar de uma matéria-prima para seu poder bélico, fazendo os EUA permanecerem como principal cliente das exportações do Brasil, equivalendo a mais de 80%, em 1950. Obviamente, a CVRD, após uma série de críticas envolvendo o alinhamento do país à política externa estadunidense (fomentadas pela dependência financeira da Companhia ao Eximbank), foi a público defender que fazia negócios livremente com qualquer país do mundo.

Nesse momento, se encontrava um importante debate enfrentado pelo país. Certa parcela da população e intelectuais defendiam que as reservas de minério de ferro (na época, 15 bilhões de toneladas) deveriam atender, prioritariamente, ao consumo doméstico e não às exportações. Evidentemente, essa posição foi veementemente contestada pelo presidente da companhia, Juracy Magalhães, que não via nenhum inconveniente no ato. De qualquer modo, os EUA deixaram de predominar no consumo do minério de ferro da CVRD em 1953, onde a Europa adquiriu 63,6% das exportações e os norte-americanos 32%. No rápido aceno à expansão de mercados, o Brasil passa a negociar com o Japão e com países socialistas do Leste europeu, como a Polônia em 1951, fazendo com que o imperialismo estadunidense criticasse a iniciativa, alegando que a decisão feria os acordos assinados entre ambos os países. A Companhia terminou a década com o mercado mais diversificado do que quando a iniciou, mas os Estados Unidos ainda mantiveram seu patamar de primeiro cliente com 29%, seguidos pela Alemanha Ocidental (21%), Japão (9%) e Tchecoslováquia (8%). Isso fica evidente ao visualizarmos o gráfico 4, onde a parcela pertencente aos EUA, ao longo dos anos presentes na tabela, apresenta um valor desproporcional, mesmo havendo uma diversificação evidente pela tabela, inclusive mantendo a média do número de exportação para os EUA e crescendo do número de exportações totais com base no que diziam os países compradores.



**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas**

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**



Tabela 3 - Exportações de Minério de Ferro da CVRD Segundo os Países Compradores
(em toneladas métricas) 1951-1955

Países	Anos				
	1951	1952	1953	1954	1955
E.U.A	1.051.998	1.054.181	448.305	555.880	1.022.035
Canadá	124.268	124.705	37.837	60.204	30.046
Inglaterra	93.432	91.340		467.616	552.944
Holanda		42.897			41.285
Bélgica	24.663	66.809			
França		28.255		49.552	14.326
Alemanha Oriental		99.436		249.971	288.674
Áustria		23.502			
Tchecoslováquia				80.374	195.851
Polônia				113.428	97.483
Itália				10.160	46.707
Hungria					
Suíça					
Finlândia					
Japão			10.114		9.154
Total	1.294.361	1.531.125	1.406.245	1.587.185	2.298.505

(*) As exportações para os países europeus no ano de 1953 não aparecem discriminadas nas fontes. Elas somaram, no conjunto, 889.989 toneladas, o equivalente a 63,29% do total das vendas de minério de ferro da CRVD.

Fonte: Relatórios de Diretoria, 1951-1960. – Apud CVRD, 1992, p. 87

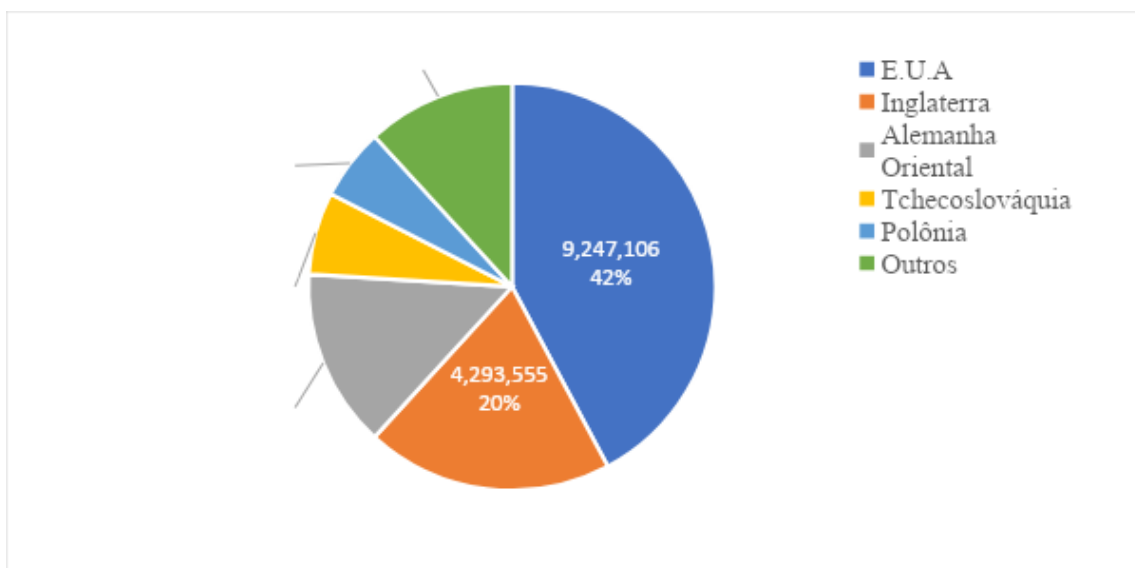


Tabela 4 - Exportações de Minério de Ferro da CVRD Segundo os Países Compradores
(em toneladas métricas) 1956-1960

Fonte: Relatórios de Diretoria, 1951-1960. – Apud CVRD, 1992, p. 87.

Países	Anos				
	1956	1957	1958	1959	1960
E.U.A	1.024.563	1.158.695	702.367	994.661	1.234.421
Canadá	61.231	147.525	35.770	85.627	152.501
Inglaterra	562.807	710.563	571.143	565.941	677.769
Holanda	51.985	43.676	54.835	132.859	99.451
Bélgica	3.048				
França	12.746	43.988	24.423	59.317	107.179
Alemanha Oriental	366.357	402.014	269.117	516.719	910.667
Áustria	9.295				
Tchecoslováquia	81.208	156.852	187.518	373.479	359.484
Polônia	34.827	98.895	313.225	295.110	290.964
Itália	49.910	52.273	16.954	28.814	51.167
Hungria		17.374	21.480	13.411	
Suíça		1.524	2.033		2.540
Finlândia		1.016			
Japão	40.403	131.866	46.532	195.495	383.474
Total	2.306.160	2.966.261	2.247.550	3.261.453	4.269.613

Gráfico 3 - Exportações de Minério de Ferro da CVRD Segundo os Países Compradores (1951-1960)



Fonte: Relatórios de Diretoria, 1951-1960. – Apud CVRD, 1992, p. 87. Gráfico de autoria própria.



É dito, por meio de uma análise de Sérgio Abranches e Sulamis Dain (CVRD, 1992), que a partir de 1951 a CVRD se concentrou na busca pela rentabilidade econômica, adquirindo traços de uma empresa privada e se tornando menos sujeita às determinações dos governos. É evidente a mudança da forma de governar, enquanto o governo Dutra (1945-1951) seguia a orientação da Constituição de 1946, correspondendo à tendência liberal e privatista do presidente, que via na associação com o capital estrangeiro a única forma de promover a modernização da economia brasileira. Já o governo de Vargas (1951-1954), sem renunciar à cooperação (interferência) externa, possuía uma tendência mais estatista, tentando conciliar os entreguistas e os nacionalistas do período³, porém, tal debate é transferido para o petróleo, os minerais estratégicos e o carvão-de-pedra. A tendência de estímulo à empresa privada e ao capital estrangeiro acabou prevalecendo no final da década, recuperado por Café Filho (1954-1955) e acentuado no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

O que fica evidente com a análise sobre esse período, é o aspecto já citado da Companhia Vale do Rio Doce ser considerada por muitos intelectuais desenvolvimentistas uma empresa estratégica em posse do Brasil como um dos possíveis caminhos para superar o subdesenvolvimento. A própria Companhia realizou uma série de investimentos naquele período para melhorar as condições de funcionamento do complexo mina, ferrovia e porto, como o programa de reaparelhamento da capacidade operacional, feito no final da década de 1940, auxiliando para o alcance de 1,5 milhão de toneladas exportadas em 1952. Além disso, a Estrada de Ferro Vitória a Minas obteve um grande crescimento de produtividade operacional por meio da conclusão de um túnel, 21 pontes de estrutura metálica e mais de dez mil metros de desvios e do assentamento de bueiros, esse investimento era composto também por uma série de problemas, como o leito da ferrovia se assentar sobre a areia, proporcionando constantes acidentes, principalmente em períodos de chuva. A área portuária também foi palco de importantes obras, como a conclusão, em

³ O termo entreguista é utilizado de forma negativa a partir do final da década de 1940 para designar a corrente político-ideológica que defendia um modelo de desenvolvimento para o Brasil baseado na entrega da exploração das riquezas naturais ao capital estrangeiro. Os nacionalistas se opuseram aos entreguistas, pois defendiam antagonicamente o desenvolvimento baseado no capital nacional. O termo entreguista teve uma das suas primeiras aparições em um documento impresso pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDEPEN, 1952).



1950, do cais de minério do Atalaia, com um depósito com capacidade para armazenar até 90 mil toneladas de minério de ferro.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce era vista para muitos como um grande salto para a superação da dependência, mas a utopia de que bolsões de excelência seriam um indício desta superação não convencia os teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁴. Outros consideravam que os bolsões de excelência surgiriam de uma convivência entre o arcaico e o moderno, sociedade arcaica presa no passado com bolsões de excelência que representavam o moderno que estava a surgir, obviamente, tal concepção também não era aceita pelos autores da TMD, que constatavam que ela tende a ocultar a realidade da população e que a existência desses bolsões mostram muito mais a margem de manobra presente dentro desses países, mas não representam um sentido geral de direcionamento econômico a nível nacional, pois, existe uma dinâmica imperialista envolvida.

No caso da Vale, mais especificamente, falamos sobre uma empresa considerada do tipo estratégica para o desenvolvimento do país, mas que, à serviço dos interesses do capital, atendeu ao caráter exportador de matérias primas. Entretanto, ao contrário do pensamento hegemônico da época, os teóricos da TMD vão além na crítica e constataam que o problema não se limita a isso, como bem nos alerta Marina Machado Gouvea (2012), que recorda que a dependência está diretamente ligada com a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), onde regiões do mundo desempenham um determinado papel no capitalismo mundial, como produtor de matérias primas ou produtos primários, como o caso brasileiro, mas completa que não basta apenas se industrializar para resolver essa questão, o problema não envolve somente uma especialização produtiva, pois mesmo que um país dependente se industrializasse, ele o faria de maneira dependente, pois disporia de uma tecnologia obsoleta em relação aos países centrais, já que não possui financiamento. Por outro lado, caso existisse, esse possível financiamento viria somente por meio de capital estrangeiro, podendo envolver privatizações, ou com capital nacional, que dificilmente chegaria ao nível dos aportes

⁴ A TMD foi criada entre a década de 1960 e 1970, por grandes figuras como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, no período entre o AI-5 e o fechamento da ditadura civil empresarial militar brasileira. Essa teoria incorpora elementos da teoria do valor de Marx e da avaliação do imperialismo de Lenin para compreender as tendências do capitalismo na América Latina.



dos países centrais do capitalismo.

Essa constatação pode ser observada por meio da crítica que Fernando Correa Padro (2012), realizou sobre o processo econômico brasileiro, onde menciona que a forma de industrialização do país não o libertou, mas sim, aprofundou sua dependência. Desse modo, seguimos transferindo valor para fora, se tornando impossível um programa burguês para superar a dependência, já que ela não se define pela ausência de desenvolvimento tecnológico, que é considerado um diferencial relativo que vai determinar a diferença de valor, que é uma das bases da dependência, não a única.

Desse modo, é possível observar que a Vale em sua formação, ainda como CVRD no período que foi abordado nesta seção, se enquadra na situação que acaba de ser descrita, já que a mineradora necessitou de aportes estrangeiros para existir, possuindo constante interferência externa, inclusive com altos cargos destinados a outros países, além de ruir de vez com a expectativa de retorno nacional assim que foi privatizada, se dedicando ainda mais para a geração de lucro para os acionistas e total transferência de valor por meio da exportação de matérias-primas básicas.

Em 6 de maio de 1997, a principal empresa estratégica brasileira no ramo da mineração e infraestrutura era privatizada. Por meio de um leilão realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro, com dois consórcios participando pela disputa pelo controle da Vale: o Consórcio Valecom, articulado pelo grupo Votorantim de Antônio Ermírio de Moraes; e o consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) sob a direção de Benjamin Steinbruch. Com cinco minutos de pregão, o Consórcio Brasil arrematou 41,73% das ações ordinárias da Vale por R\$ 3.338 milhões em moeda corrente, correspondendo a R\$ 32,00 por ação, com 19,99% de ágio sobre o preço mínimo.

Desse modo, a *holding* Valepar S.A., criada pelos sócios do Consórcio Brasil, tornou-se a acionista controladora da mineradora. A CSN ficou com a maior participação no capital da Valepar (31,2%), seguida pelos quatro fundos de pensão estatais reunidos em torno da Litel (24,7%) e pelos fundos de investimentos Elétron (20,7%) e Sweet River (11,5%). Além dos sócios do consórcio vencedor do leilão de privatização, a Valepar foi integrada pelo BNDESPAR (10,6%) e pela InvestVale (1%). O contrato assinado entre os controladores estabeleceu que a tomada de decisões



estratégicas para a companhia, como incorporações de empresas, fusões, aquisições ou vendas de ativos, precisa contar com votos favoráveis correspondentes, no mínimo, a 75% do capital da Valepar.

Mais do que apenas compreender como procedeu a privatização da CVRD, descrevendo os processos legais e os acontecimentos no leilão, é fundamental que saibamos os motivos sociais, econômicos e políticos que propiciaram esse momento de ruptura da forma de gestão, evidenciando o quão importante é a consideração destes fatores para a competência de um administrador.

Para Nakatani (2000), no Brasil o principal expoente para o capital fictício foi a implementação do Plano Real, que acelerou a inserção do país ao sistema de crédito internacional, mas o resultado da forma como o país se inseriu no processo chamado de globalização foi um crescimento contínuo na taxa de desemprego, e a redução nos salários reais e nos rendimentos do trabalho, além do aumento na precarização do trabalho devido ao incremento da informalidade e da rotatividade do emprego. Para Antunes (2005), o neoliberalismo se iniciou no Brasil pelo governo de Fernando Collor de Mello, de modo aventureiro, encontrando uma nova racionalidade com Fernando Henrique Cardoso que exigia uma dura derrota do movimento sindical dos trabalhadores com o objetivo de pavimentar o caminho para o neoliberalismo no país, que ao contrário das expectativas de muitos, não se findou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que apostou exatamente na sua continuidade.

Acerca da privatização da CVRD, podemos destacar alguns pontos. O processo de privatização de grandes empresas públicas nacionais se tornou peça-chave da política econômica brasileira a partir da criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo governo Fernando Collor, sendo acelerado no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, onde houve a privatização da CVRD e de outras companhias de grande porte de áreas estratégicas como energia elétrica e telecomunicações. Entretanto, a CVRD permaneceu fora da agenda das privatizações durante os governos de Collor e Itamar Franco.

Em outubro de 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições para a presidência da República, conduzindo no ano seguinte um ritmo mais acelerado do programa de abertura da economia ao mercado internacional e o processo de



privatizações de empresas estatais. Encaminhou ao Congresso diversas emendas à Constituição propondo a quebra de monopólios estatais e o fim das restrições para atuação de empresas estrangeiras no país.

Nessa parte do estudado fica evidente um ponto importante de discussão: qual a métrica para sabermos o quanto vale uma empresa? Uma empresa estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país que atualmente vale R\$ 574,2 bilhões (no período de maio de 2021), foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, apesar de suas reservas minerais serem calculadas em mais de R\$ 100 bilhões na época. Evidentemente a privatização ocorreu sob duras críticas, principalmente de movimentos sociais que alegam a criação ilegal de um edital de venda da companhia por parte do Bradesco, que, integrando o consórcio Valepar, viria a deter 32% das ações da empresa, além da crítica ao caráter exportador primário adotado pela transnacional que, segundo os críticos citados, não gerava trabalho, beneficiamento e industrialização.

É com base nisso que a crítica à avaliação da CVRD se deve. A mineradora era a terceira maior do mundo, responsável por 3,27% do valor da produção mineral mundial não-energética em 1993, perdendo apenas para a sul-africana Anglo American e para a inglesa Rio Tinto Zinc (RTZ). Além disso, a CVRD era o principal exportador do país, líder do mercado mundial de minério de ferro com volume acima de 100 milhões de toneladas em 1994, maior produtor de ouro da América Latina, sendo além de apenas uma mineradora, mas consistia em: “um complexo integrado de negócios de exploração e beneficiamento de recursos naturais e transportes, operando individualmente ou através de associações com companhias nacionais e estrangeiras” (CPDOC, n.p.).

Possuindo reservas comprovadas em:

“41 bilhões de toneladas de ferro (suficientes para atender à demanda mundial por 400 anos), 994 milhões de toneladas de minério de cobre, 678 milhões de toneladas de bauxita, 72 milhões de toneladas de manganês, 70 milhões de toneladas de níquel, 122 milhões de toneladas de potássio, nove milhões de toneladas de zinco, 1,8 milhão de toneladas de urânio, um milhão de toneladas de titânio, 510 mil toneladas de tungstênio, 60 mil toneladas de nióbio e 563 toneladas de ouro, às quais se agregavam 580 mil hectares de florestas replantadas, de onde extraía matéria prima para a produção de 400 mil toneladas/ano de celulose” (CPDOC, n.p.).



A Companhia Vale do Rio Doce apresentou, em 1995, um faturamento bruto de US\$ 6 bilhões, dos quais 55% foram obtidos no mercado externo. Naquele período, o governo brasileiro detinha 76 % das ações ordinárias e 6,3% das ações preferenciais classe A, o que lhe dava o controle sobre 51% do capital da empresa (Ibidem).

Em 1996, a CRVD, sendo a segunda maior estatal do país, foi privatizada. Mesmo com a bolsa internacional avaliando a mineradora pelo valor de US\$ 60 bilhões (ou R\$ 60 bilhões) e todas as outras variáveis mencionadas acima, incluindo as reservas minerais, a mineradora foi privatizada no valor de R\$ 3 bilhões, 5% do valor avaliado internacionalmente. O resultado é vastamente conhecido, controlada pelo capital financeiro e internacional, a empresa opta pelo atropelo da legislação trabalhista, aumento das práticas antissindicais, exportação com alto consumo de energia e a intensificação da produção voltada para fora, que causa rápido esgotamento das reservas minerais, ao lado de impactos no meio ambiente.

Desse modo, segundo o estudo presente na subseção do Dieese da CUT, os resultados desta privatização, após mais de duas décadas, foram:

Exploração mineral sem relação com as estratégias de desenvolvimento nacional e local; transferência do lucro para acionistas, sobretudo de fora do Brasil; crescimento da terceirização e do trabalho precário, inclusive com trabalho análogo à escravidão na cadeia produtiva; e ampliação da degradação ambiental e dos crimes ambientais, como os rompimentos das barragens da companhia em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. (MELIM, 2019).

Em 5 de novembro de 2015, no distrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, a Barragem de Rejeitos de Fundão (BRF) que pertencia à Samarco Mineração S.A. rompeu, devastando por completo o povoado de Bento Rodrigues e causando uma destruição e contaminação sem precedentes na história do Brasil, com a morte imediata de 19 pessoas (LIMA; RODRIGUES; SANTOS, 2019). Segundo dados reunidos pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, o rompimento da barragem provocou:

[...] a liberação de aproximados 45 milhões de m³ de rejeitos (correspondente a aproximadamente 90 milhões de toneladas), formando uma onda de cerca de dez metros de altura e deixando um rastro de destruição ambiental e morte de quatorze trabalhadores (treze terceirizados e um trabalhador próprio da Samarco) e cinco moradores (três adultos e duas crianças) do Subdistrito de



Bento Rodrigues, localizado a cerca de cinco quilômetros a jusante da BRF. Com a destruição da bacia do Rio Doce até o Estado do Espírito Santo, mais de 10 mil postos de trabalho foram fechados, milhares de agricultores e pescadores ficaram sem trabalho e renda. (FARIA, 2019).

O desastre de Mariana foi considerado o mais grave desastre ambiental da história provocado por vazamento de minério, em termos de destruição de ecossistemas de água potável e mata ciliar (PASSARINHO, 2019). O rompimento afetou drasticamente a pesca (já que aumentou a turbidez da água dos rios da Bacia do Rio Doce, provocando a morte de milhares de peixes e outros animais), a agricultura e o turismo nas localidades ao longo de quinhentos quilômetros de curso do Rio Doce, que foi contaminado pelos seus rejeitos (LOPES, 2016), além de comprometer cerca de 1.600 hectares de vegetação, desabrigar mais de 600 famílias graças às 200 edificações que foram soterradas (alguns autores, como Klemens Laschefski, estimam que até 1200 famílias dos 35 municípios afetados foram desabrigadas), interromper o fornecimento de água por vários dias para aproximadamente 276 mil habitantes e diversos impactos além dos imediatos como o aumento das doenças diarreicas e de dengue na Região. Segundo a Prefeitura de Mariana, o prejuízo relacionado apenas aos danos em infraestrutura foi da ordem de R\$100 milhões, além disso, houve o aumento de cerca de 30% no desemprego e no número de casos de uso de álcool, drogas ilícitas, depressão, violência doméstica e de autoextermínio (FARIA, 2019).

Após três anos desse acontecimento, outra tragédia viria a ocorrer. A aproximadamente 149 km da cidade de Mariana, no município de Brumadinho, outra barragem de rejeitos de mineração se rompeu no dia 25 de janeiro de 2019. Em seu site, a Vale S.A. se orgulha em mencionar que é a maior produtora mundial de minério de ferro, pelotas e níquel, aparentemente, permanecer em altas posições em ranking faz parte de sua política, já que o desastre de Brumadinho resultou em um dos maiores envolvendo rejeitos no Brasil, mas esse não é exibido com tanta altivez (LIMA; RODRIGUES; SANTOS, 2019). A barragem da Mina Córrego do Feijão, também era propriedade da Vale S.A. e seus dejetos provocaram uma avalanche de lama que destruiu a comunidade local, casas e sítios às margens do córrego. Nenhum sinal de alerta foi emitido quando aconteceu o rompimento, ocasionando ainda mais mortes,



pelos três milhões de metros cúbicos de rejeito que foram lançados para o meio ambiente.

A lama impactou o fornecimento de água para diversas regiões, atingindo comunidades indígena e quilombola, e para as cidades de Pará de Minas e Brumadinho, devido à chegada da lama ao Rio Paraopeba. A economia também foi fortemente afetada, o município de Brumadinho perdeu cerca de 60% de sua renda, além das áreas como turismo e comércio serem duramente impactadas. Todos esses fatores elevaram os riscos de efeitos sobre a saúde física e mental das populações que foram atingidas, assim como exaltado no desastre de Mariana (FARIA, 2019).

Todavia, apesar desses diversos impactos negativos proporcionados pela mineradora, o maior desastre desse acontecimento foi o de vidas perdidas, a lama que atingiu as instalações existentes a cerca de um quilômetro da barragem, soterrou completamente os escritórios administrativos, refeitório, vestiário, almoxarifado, o setor de carregamento ferroviário e parte das instalações de tratamento de minério (FARIA, 2019). Esse trágico acontecimento acabou resultando em 272 mortes, sendo a morte de número 267º identificada somente em dezembro de 2022 (GANDRA, 2022).

Os desastres proporcionados pela empresa só são um triste reflexo do que acontece de forma inerente ao sistema do qual pertencemos. A socióloga Sabrina Fernandes, nos alerta sobre isso ao dizer que: “O capitalismo é um sistema de contradições. Além de se estabelecer na exploração de uma maioria por uma minoria, destrói os mesmos ciclos naturais dos quais depende para seguir produzindo” (FERNANDES, 2020, p.84). Ao tratarmos da Vale como objeto de estudo, podemos cair em um erro interpretativo comum, o de tratar a crise ambiental que vivemos como somente erros (morais) de uma ou um grupo de pessoas ou empresas. Essa interpretação, apesar de verdadeira em certos acidentes, acaba, na verdade, resultando na isenção da responsabilidade do sistema capitalista enquanto sistema produtivo e organizativo da interação entre indivíduos e seu ambiente.

Considerações Finais

A Vale, desde sua criação, refletiu as diversas e contraditórias tendências tanto



teóricas quanto realmente vigentes no sistema econômico. Enquanto o desenvolvimentismo era visto como uma possível saída para o subdesenvolvimento do Brasil, ela foi disputada para ser um dos carros chefes desta ideologia. Quando o neoliberalismo dominou como forma de gerir o capitalismo ao redor do mundo, a Vale foi rapidamente privatizada por muito menos do que realmente valia e todas as ambições de utilizá-la como empresa estratégica para o desenvolvimento caiu por terra ou foi postergado no planejamento econômico que ainda restou.

A Vale também foi capaz de reforçar as diversas características do neoliberalismo, um exemplo é a utilização do marketing como uma importante ferramenta para cooptar e ditar a percepção pública. Além da despossessão em busca de novos mercados, transformando em mercadoria diversos segmentos ou setores da vida, junto com a espoliação e o extrativismo brutal do meio ambiente, aumentando a exploração dos recursos já existentes e de todas as formas predatórias de posse, ocasionando duas tragédias sem precedentes. Sendo capaz de retornar rapidamente aos níveis de rendimento, com o forte apelo que este sistema possui pela financeirização da economia, que não viu problemas em ignorar centenas de mortes e um enorme impacto ambiental, para investir novamente na mineradora, retomando seus valores em menos de três meses após os desastres e a fazendo ter um crescimento em seu valor de mercado em, aproximadamente, 455%, de outubro de 2015 para junho de 2022.

Desse modo, a Vale é um espelho primoroso para quem busca compreender as modificações das relações econômicas, geopolíticas e, obviamente, administrativas, do Brasil. Sendo ela uma empresa icônica das transformações da economia brasileira e dos processos globais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. **Os limites e as contradições do Novo Desenvolvimentismo: contribuições para a crítica a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD)**. 2018.

ANTUNES, R. **A Desertificação Neoliberal No Brasil (Collor, FHC E Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. v. 19



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Companhia Vale do Rio Doce
(CVRD)**. Disponível em:

<[Lhttps://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd](https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd)> Acesso em 15 out 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

Informação histórica - Evolução das ideias da CEPAL. Disponível em:

http://www.cepal.org/sites/default/files/pages/files/14-20735_sitio_web_cepal_info_historica_port.pdf

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE: 50 ANOS DE HISTÓRIA. **Cia Vale do Rio Doce**, Rio de Janeiro: CRVD, 1992.

FARIA, M. P. DE. Mariana e Brumadinho: a repercussão dos desastres do setor de mineração na saúde ambiental. v. 17, p. 16–17, 2019.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. Planeta Estratégia, 2020.

FRANK, A. G. América Latina: subdesarrollo y revolución. México D.F.: **Ediciones ERA**, [1969] 1973.

GANDRA, A. Polícia Civil de MG identifica 267ª vítima do rompimento de Brumadinho. **Agência Brasil**, 20, dezembro de 2022. Disponível em:
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/policia-civil-de-mg-identifica-267a-vitima-do-rompimento-de-brumadinho>> Acesso em: 25, dezembro de 2022.

GOUVEA, M. M. Dependencia y socialismo en América Latina frente a la financiarización. In: **VIII Coloquio Internacional de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico**, Porto Príncipe, 2012.

LIMA, F. W.; RODRIGUES, L. L.; SANTOS, C. A. Rompimento Das Barragens De Mariana E Brumadinho E Seus Impactos Socioambientais. **Raízes no Direito**, v. 8, n. 1, p. 105–122, 2019.

LOPES, L. M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2016.

MARX, K. **O capital - Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital**. Boitempo Editorial, 2017.

MELIM, T. 22 anos de privatização da Vale: crimes ambientais, mortes e trabalho



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

precário. **CUT**. 06, maio de 2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/22-anos-de-privatizacao-da-vale-crimes-ambientais-mortes-e-trabalho-precario-0d66>> Acesso em: 15, outubro de 2022.

NAKATANI, P. Capital Fictício E Crise No Brasil. v. VI, p. 209–235, 2000.

NAREDO, J. M. **La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico**. Siglo XXI de España Editores, 2015.

PASSARINHO, Nathalia. Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas. **BBC News**, Londres, v. 29, 2019.

PRADO, F. C.; CASTELO, R. Para a crítica da economia política desenvolvimentista: aproximações à controvérsia da dependência na América Latina. In: **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Juiz de Fora, 2012.

RICARDO, David. **On the principles of political economy**. London: J. Murray, 1821.

SAES, B. M.; MURADIAN, R. What misguides environmental risk perceptions in corporations? Explaining the failure of Vale to prevent the two largest mining disasters in Brazil. **Resources Policy**, v. 72, p. 102022, 2021.

TAYRA, F. **O Capital Suicida: Autointeresse, Cooperação e Racionalidade Ambiental no Século XXI**. São Paulo, Poligrafia Editora, 2019.